

**A BRANQUIDADE DAS INTERVENÇÕES URBANAS E A VIDA NAS
MARGENS: SALVADOR, ESSA BOLSA DE HISTÓRIAS*****THE WHITENESS OF URBAN INTERVENTIONS AND LIFE ON THE
MARGINS: SALVADOR, THIS BAG OF STORIES*****LA BLANCURA DE LAS INTERVENCIONES URBANAS Y LA VIDA EN LOS
MÁRGENES: SALVADOR, ESTA BOLSA DE HISTORIAS**

Juliana de Faria Linhares
juflinhares@gmail.com

Marina Silveira Muniz Ferreira
marinamuniz.arq@gmail.com

RESUMO

Esta composição se faz como uma bolsa, guardando histórias de “reexistências” evocadas desde e com moradoras/es das margens de Salvador, BA, sobretudo no encontro entre Itapuã e o Subúrbio Ferroviário. Buscamos – desde e com os encontros de pesquisa realizados nestas localidades –, possibilidades de incorporar, ao campo da arquitetura e urbanismo, imaginários, contornos, materialidades, potências e coexistências da vida nas margens, evocando outras tramas possíveis - e desembranquecidas - para pensar e atuar com a cidade. As histórias com as quais nos encontramos interconectam raça, gênero e classe e tensionam pressupostos e teorias colonialistas e racistas que fundamentam tanto intervenções urbanas quanto a práxis do campo da Arquitetura e Urbanismo. A partir, apesar e para além da branquidade das ações institucionalmente orquestradas nestes territórios, investigamos como as pessoas criam e recriam histórica e cotidianamente suas vidas e modos de viver por meio da implicação ético-política junto e com as/os moradoras/es das margens, documentando, visibilizando, disputando, reconstruindo e fazendo pensar sobre as múltiplas formas de fazer-cidade e moradia.

Palavras-chave: Salvador, BA; Margens; Precariedade; Branquidade; Modos de vida.

ABSTRACT

This composition is made like a bag, keeping stories of reexistence evoked from and with residents of the margins of Salvador, BA, especially at the crossroads between Itapuã and Subúrbio Ferroviário. We seek - from and within the findings of research in these locations - possibilities to incorporate, to the field of architecture and urbanism, imaginaries, contours, materialities, potentialities and coexistences of life on the margins, evoking other possible threads - and unwhitened - plots for thinking and acting with the city. The histories we meet interconnect race, gender, class, and tension colonialist and racist assumptions, and architectural and urbanist theories that substantiate urban interventions as the praxis of the field of Architecture and Urbanism. From, although and beyond the whiteness of the orchestrated institutional actions, as people project and historically and daily recreate their lives and ways of life through the ethical-political implication with the residents of the margins, documenting, making visible, disputing, reconstructing and making people think about the multiple ways of doing-city and dwelling.

Keywords: Salvador, BA; Margins; Precariousness; Whiteness; Lifestyle.

1. Introdução: como tecemos essa bolsa de histórias

Tal como uma bolsa, uma cesta ou mesmo um patuá (LE GUIN, 2021), esta composição guarda histórias, memórias, conversas, debates, conflitos, coexistências, rupturas, imaginações e possibilidades mobilizadas desde encontros de pesquisas que se fazem entre as margens e a universidade, no contexto de Salvador, BA, ensejando o alargamento das teorias que sustentam a práxis das/dos arquitetas/os e urbanistas nas cidades contemporâneas. Esta bolsa é tramada a quatro mãos, brancas, que se enlaçam ao grupo MARGEAR/UFBA em práticas de pesquisa, extensão e ensino desde o campo da Arquitetura e Urbanismo, tensionando, política e criticamente, o pensar e o fazer das/os arquitetas/os e urbanistas, refletindo sobre quem os controla e molda, a partir das realidades sociais em que nos encontramos.

Nossa prática bolsreira é tecida: (i) no entendimento das margens como espacialidades dinâmicas que perpassam e atravessam o Estado, num permanente jogo dentro/fora, não como espaços periféricos, fora do centro e do Estado, mas em constante inter-relação (ROSA, 2018); (ii) nos encontros de pesquisa (ROSA, 2018.; FELTRAN, 2011) como espaços de construção coletiva de conhecimento em campo; e (iii) na implicação ético-política junto e com as/os moradoras/es das margens (MACEDO; MACEDO DE SÁ, 2018; CORDEIRO; et al, 2021), documentando, visibilizando, disputando, reconstruindo e fazendo pensar sobre as múltiplas formas de fazer-cidade e moradia. Cabe ressaltar que tais estratégias não configuram um modo de fazer inerte, mas aberto e em constante transformação a partir das situações, encontros e seus desdobramentos. Neste sentido, junto e com as pessoas que nos recebem em suas vidas, as quais entendemos como nossas/os anfitriãs/ões (BORGES, 2013), desenrolamos nossas práticas de pesquisa por meio da escuta – não para nos apropriarmos, mas para tornarmos-nos com ela, evocando novas possíveis configurações às narrativas (LE GUIN, 2021).

Tomamos, ainda, o ordinário como campo privilegiado, e pensamos desde e com a vida cotidiana das pessoas, sobretudo a partir de suas narrativas, para acessar as múltiplas práticas e táticas acionadas para viverem as suas vidas e tornarem seus mundos habitáveis (DAS, 2007). No cotidiano, as pessoas agenciam suas vidas e espaços em seu próprio nome, imaginando, criando e projetando casas e urbanidades de acordo com as necessidades de suas vidas, famílias e comunidades. Nestes contextos, o fazer pesquisa também se encontra com as lutas pelo direito à vida, à moradia e à cidade, permitindo que habitemos o papel político do campo da arquitetura e urbanismo ao questionar e, sobretudo, (re)construir as bases conceituais que fundamentam nossa prática profissional, ainda nos engajando nos processos de reparação histórica.

Traremos, da nossa bolsa, histórias de vidas, processos de remoção, expropriação e despossessão em duas localidades de Salvador: o Subúrbio Ferroviário e Itapuã (Figura 01); localidades que, embora distantes fisicamente, partilham de histórias (in)comuns.



Figura 01: Delineando os territórios: Subúrbio Ferroviário e Itapuã. Fonte: Acervo do grupo de estudos Margear, 2022.

2. Trama I: Salvador, a cidade negra.

Iniciamos esta composição contando sobre nosso último encontro, no qual, em companhia de José Eduardo e Vilma, moradores do Subúrbio Ferroviário de Salvador e curadores do Acervo da Laje, visitamos este espaço museal que abriga a arte produzida desde/neste território – popular e negro –, contando a história da cidade e de seus moradores através de objetos do cotidiano: a casa, a laje e o mar, reivindicando-os como dispositivos de cultura e memória. Este último, o mar, é acionado por José Eduardo e Vilma como peça-chave da memória urbana.

Os trânsitos entre mar e terra são historicamente constituintes das urbanidades do Subúrbio Ferroviário, remontando à diáspora africana e à história dos povos originários – em função da população majoritariamente preta e parda (BAHIA, 2016) e, principalmente, pelos modos de vida que ali se constituem, que prezam pela comunalidade, solidariedade e pelo vínculo vital com os meios naturais (RAMOS, 2013). Destacamos os movimentos sociais, as práticas de lazer, os modos de morar à beira-mar, os terreiros de candomblé, as práticas religiosas e as atividades laborais ancestrais de pesca e mariscagem. As águas da Baía de Todos os Santos, que banham todo o Subúrbio, abrigam cultos à Yemanjá, Orixá Mãe das Águas Salgadas, para as religiões de matrizes africanas, dentre outras localidades, no Sambaqui da Pedra Oca, em Periperi. Hoje, o local apresenta tanto fragmentos da mariscagem quanto elementos de oferendas seculares e atuais, trazendo, em si, a confluência entre os modos de ser e se relacionar com a natureza dos povos filhos da terra e dos povos em diáspora africana,

numa “aliança cosmológica” (SANTOS, 2018, p. 2). Tal aliança se aproxima do que Lélia Gonzalez (1988, p. 76) denominou de “amefricanidade”: a “intensa dinâmica cultural (adaptação, resiliência, reinterpretação e criação de novas formas) que é afrocentrada[...]”.

Atravessando o território soteropolitano – do Subúrbio Ferroviário até a orla atlântica –, chegamos ao bairro de Itapuã, onde o enlace da vida desta localidade também se faz, e sempre se fez, em articulação com as águas: do mar e da lagoa do Abaeté. Itapuã já era uma armação de pescadores quando se dá a chegada dos portugueses no Brasil, em 1549, sendo habitada originalmente pelos aldeamentos de povos indígenas Tupi. Na antiga Itapuã, os homens pescavam e cabia às mulheres moquear, vender o peixe, viver do ganho – as ganhadeiras – ou da lavagem na Lagoa do Abaeté – as lavadeiras. As mulheres percorriam longos caminhos a pé para buscar e levar seus produtos e serviços, fazendo também circular mercadorias, memórias e valores.

Itapuã abrigou, ao longo de sua história de exploração, de resistência e de coexistência, importantes quilombos e mocambos que remontam à relação desta antiga comunidade de pescadores indígenas com os povos africanos e afrobrasileiros (GANDON, 2018). Esta confluência entre diferentes povos e nações possibilitou o surgimento de outros quilombos na cidade: os povos indígenas, por conhecerem as matas locais, partilhavam com as nações africanas, estratégias, rotas de fuga e conhecimentos sobre a fauna e a flora (SILVA, 2017). Destacamos o Quilombo Buraco do Tatu, que se constituiu em 1743 onde hoje fica Itapuã, tendo sido, a proximidade ao mar, estratégica para a sua manutenção (*Ibid.*). Relembramos também o Quilombo do Urubu, liderado pela Guerreira Zeferina, nas matas do que hoje é o Parque São Bartolomeu, no Subúrbio Ferroviário, destruído em 1826 pelas forças policiais de Salvador. As colinas, matas e águas, que hoje entendemos como margens urbanas ou periferias, “serviam de suporte ecológico ao desenvolvimento de uma coletividade africana independente” (GOMES, 1990, p.13), constituindo territórios de resistência, e, principalmente, de liberdade e de manutenção de modos de vida conectados com a natureza.

O mar, portanto, se enlaça à constituição de Salvador que, berço da escravidão e fundada a partir da diáspora forçada de povos africanos e da infraestrutura escravista, mobiliza históricas disputas de poder, jogos de manutenção de privilégios, potências de vida, criação e encontro entre diferentes povos (figura 02). Neste contexto, a divisão do espaço é racializada. Lélia Gonzalez (1982) aponta que desde os tempos da colonização há uma evidente separação racializada entre os espaços ocupados por dominadores e dominados. Os espaços dos grupos brancos dominantes são demarcados por moradias amplas e protegidas por policiamento, sendo historicamente representadas pela “casa grande” e os sobrados, atualmente configurando-se em grandes edifícios, residências e condomínios fechados. Em oposição, encontra-se o “dito” lugar da/o negra/o, pretensiosamente dominada/o, que sai da senzala, dos porões, das lojas, dos sótãos, dos quartos alugados, das casas de cômodos ou das choupanas de taipa, para as favelas, cortiços, invasões, conjuntos habitacionais ou demais urbanidades habitadas e

produzidas pelas camadas populares e negras. Conforme aportou Lélia, a divisão racial do espaço permanece se atualizando para manter seus fundamentos e os privilégios de alguns.



Figura 02: Ensaio sobre Salvador: atravessamentos desde o mar. Fonte: Acervo do grupo de estudos Margear, 2020.

Junto da divisão racial do espaço caminha a classificação da precariedade. Historicamente, a produção de vida, moradia e territórios das margens tem sido associada a uma amálgama de atributos negativos, ancorada na liga popular-precário, distante das práticas e motivações que a efetivaram. Esta formulação parte da ausência, do desvio, da transgressão, da homogeneização, da desorganização espacial, da informalidade e da ilegalidade para conferir o sentido de precariedade aos produtos, produções e, sobretudo, às vidas nas e das margens. Nesta medida, limita estas vidas e territórios de vida ao que lhes falta, ao que não podem ter, compondo as geografias negras como locais suscetíveis à despossessão (SILVA, 2021).

A falta só existe, porém, se estiver em oposição a algo – integral, desejável, digno, justo –, ou seja, só se instala sob uma perspectiva dicotômica de uma produção em oposição à outra. Como discorre Judith Butler (2015), a vida sempre é dada em razão de alguma coisa – em uma condição relacional – sendo, portanto, pressuposta por certas normas de reconhecimento, que também rejeitam determinadas vidas como partes da vida. Para a autora, as normas atuam para diferenciar as vidas que podem ser apreendidas como vidas daquelas que não podem, contendo, transmitindo e determinando o regime do visível desde e com os discursos políticos e midiáticos para servir aos interesses dos poderes dominantes e manter seus privilégios. Nesta medida, as imagens e narrativas icônicas acerca de certas populações operam discriminando-as e enquadrando-as em determinada posição social.

Uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida (BUTLER, 2015, p. 22).

Em Salvador, desde os primórdios da colonização, tecnologias normatizadoras são utilizadas pelas representações oficiais para ameaçar territórios e práticas de vida e moradia, sobretudo, da população negra, de modo que estas pessoas sejam alvo de violências e violações, seja por políticas cotidianas racistas ou por políticas urbanas de “modernização” (FIGUEIREDO; ESTÈVES; ROSA, 2020). A cidade recebe marcos classificatórios que distinguem o “tradicional”, o “moderno” e o “precário”, associando irregularidade fundiária, desordenamento e precariedade habitacional às localidades produzidas e habitadas pelas camadas populares (figura 03) – que são majoritariamente negras –, ainda definindo-as como produções “não capitalistas” da moradia (CARVALHO; PEREIRA, 2014) e determinando sua erradicação. Estes enunciadores, orientados por uma dualidade racializada – brancos e não brancos –, se constituem supostamente como “neutros, incolores, transparentes” (PIZA, 2016, p. 67), embora os principais beneficiados tenham cor, classe e gênero: branco, masculino e heterossexual.

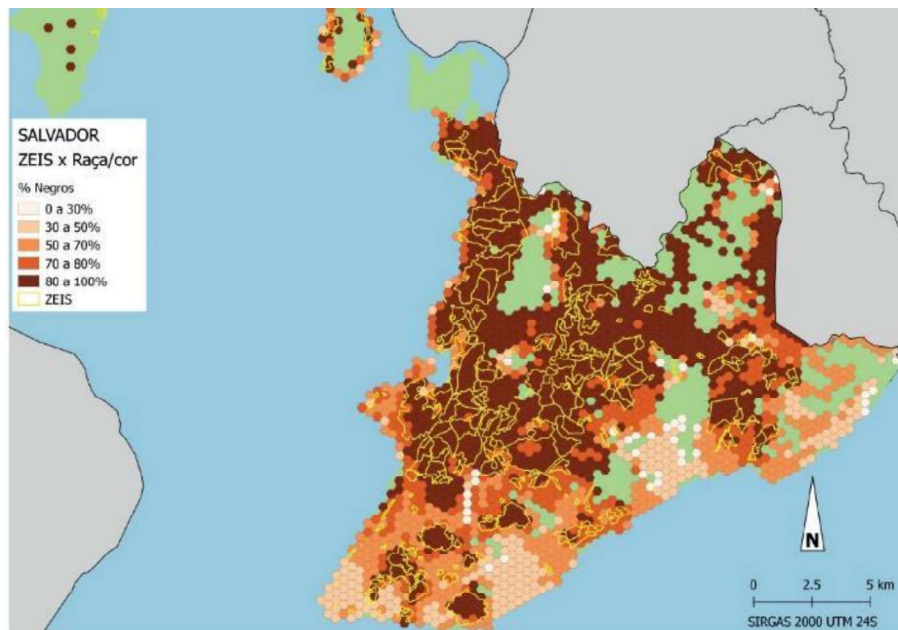


Figura 03: Cruzamento das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) com raça/cor em Salvador. Fonte: Galindo e Pereira Júnior (2021).

Assim, os processos de classificação de urbanidades e vidas são operados pelo “dispositivo da racialidade”, no qual as dimensões das vidas não-brancas são hierarquizadas conforme se aproximam ou se distanciam do ideal da brancura, tomado como sinônimo de estatuto humano (CARNEIRO, 2005). A noção de precariedade, portanto, vêm sendo conferida conforme uma determinada norma de produção da cidade – branca –, tida como ordenada, em oposição à produção popular – negra –, precária. Os lugares de poder e privilégio não compartilháveis são detidos pela branquitude, a “guardiã silenciosa dos privilégios” (BENTO, 2016, p. 45), e a categoria da precariedade é operada visando responsabilizar as populações não-brancas pela inadequação a um determinado ideal de cidade e de morar, que não é

universal – embora se almeje –, sendo essa inadequação produzida estruturalmente e juntamente a uma noção normativa de “ideal”, que é racializada.

Embora Butler (2015) nos oriente no sentido de que tanto as normativas quanto os enquadramentos não sejam definitivos nem enclausurados, podendo romper consigo mesmos, também afirma que viemos sendo incapazes de discernir e nomear algo de forma distanciada das condições normativas. Por este motivo, a noção de precariedade – vinculada à norma branca e rebatida na produção do espaço – é inadequada para apreendermos as condições de vida de determinadas populações. Também para Borges, Belisário e Paterniani (2021), a categoria da precariedade revela mais sobre um projeto colonizador do que sobre as dinâmicas inscritas nos modos de viver e na moralidade daquelas/es que produzem e habitam essas moradias e urbanidades.

Sobretudo, Salvador precisa ser lida a partir de uma relacionalidade paradoxal, sendo marcada tanto por violências quanto por “reexistências” – termo usado pelos movimentos sociais soteropolitanos para enfatizar os processos de transformação e enfrentamentos que ocorrem nos “modos de existência” dos grupos sociais. Nesta cidade negra, “the black city” (FIGUEIREDO, ESTÉVES, ROSA, 2020), os processos de transformação urbana são indissociáveis das complexidades – e das violências – tipicamente impostas em contextos de encontro racial.

Como anunciamos sobre a bolsa de histórias, as urbanidades soteropolitanas, além de violentadas, são obras coletivas e cotidianas da população negra, que aciona táticas de sobrevivências e práticas de vida desde a colonização do Brasil. Nessa trama de justaposições, inscrevem-se complexidades que se projetam para além das dicotomias tipicamente inscritas nos processos de leitura, intervenção e ação em contextos urbanos.

3. Trama II: Intervir, despossuir, precarizar: a branquidade das intervenções.

Na noite do dia 13 de fevereiro de 2021, moradoras/es filmavam e fotografavam com seus celulares smartphones a última viagem do Trem do Subúrbio Ferroviário de Salvador. Entre os vídeos que pudemos acompanhar nas redes sociais, vimos vagões passando próximos às casas, construídas nos limites da linha férrea, a buzina quase ininterrupta de adeus, aplausos, gritos de homenagens e agradecimentos ao transporte: “vai com deus meu amigo, descanse em paz! Vai fazer falta”. As/os moradoras/es se despediam da ferrovia com a qual suas trajetórias de vida foram intimamente entrelaçadas, cotidiana e historicamente, em 161 anos de existência. Esse transporte encerrou suas atividades em plena pandemia do Coronavírus para dar lugar a um mon trilho, sistema de transporte de média capacidade elevado sob pneus. Com os argumentos de “mínimo impacto ambiental”, “energia limpa”, “modernidade”, “referência mundial” e “potencial turístico”, o mon trilho é uma proposta do Governo do Estado da Bahia através da Parceria Público Privada (PPP) com a Metrogreen Skyrail Bahia Concessionária S.A.

A construção da antiga linha férrea do Subúrbio constituiu-se como o primeiro passo da consolidação da região industrial ao norte de Salvador, aportando um “símbolo de modernidade e velocidade” (LEAL, 2016, p. 105). Em sua existência, a ferrovia teve suas atividades interrompidas diversas vezes por obras, reformas e manutenções para que esta, como qualquer equipamento, mantivesse seu funcionamento. No entanto, foi sistematicamente precarizada desde a década de 1960, quando as políticas rodoviaristas concentraram investimentos públicos, por exemplo, na construção da chamada Avenida Suburbana (Av. Afrânio Peixoto), em 1970 – dando continuidade aos investimentos de aberturas de vias que conectassem o centro antigo de Salvador em duas direções: “tanto ao longo da estrada de ferro, em terras banhadas pelas águas da baía, como ao longo das praias de mar aberto” (GANDON, 2018, p. 61).

Jaciara é “nascida e criada” em Periperi, bairro do Subúrbio Ferroviário, e guarda memórias vivas de um passado: “não tinha a Suburbana ainda. Para se locomover, só por uma estrada de barro. (...) Aí veio o progresso e, com ele, vem as coisas ruins também”. As propagandas presentes nos jornais oficiais da época anunciavam que a mudança no trajeto até o centro de Salvador seria um anseio de toda a cidade, e sua implementação – independente das particularidades e modos de vida locais – concentraria investimentos públicos em troca de uma solução modernizadora na época. De maneira semelhante, no recente processo de remoção do trem se repetem os discursos de apologia à modernização e à velocidade e de obsolescência e precariedade do meio de transporte ferroviário. Junto a isso, diversas outras famílias, como a família de Nilton, também nosso anfitrião de pesquisa, foram expulsas pela construção da Avenida Suburbana, migrando para bairros próximos. Hoje Nilton mora em uma casa junto ao muro da Rede Ferroviária em Periperi, é pescador artesanal e tem importante atuação cultural na orla do bairro, mas será novamente afetado pela obra do monotrilho – que conta com 449 desapropriações diretas.

No primeiro semestre de 2019, mais de mil imóveis próximos da faixa de domínio do trem, como a casa de Nilton, foram grafadas, sem aviso prévio, pelo consórcio Metrogreen Skyrail Bahia. Essa demarcação violenta não só a materialidade autoconstruída pelas/os moradoras/es, na medida em que danifica o reboco e/ou pintura das casas – ter a parede rebocada e pintada representa um investimento – bem como expõe o racismo de tal prática. Em bairros habitados e produzidos pelas camadas sociais brancas e de alta renda, a pixação é criminalizada e, se houvesse tal demarcação, no mínimo, esta geraria uma comoção generalizada por parte da mídia, expressando o que Maria Aparecida Bento (2016) denominou de “indignação narcísica” da branquitude, que só se indigna com a violência sobre corpos – e urbanidades – brancos.

Deste processo, em curso, prevemos ainda a ocorrência de remoções indiretas após a valorização imobiliária da região favorecida pelo monotrilho. A maioria dos terrenos à beira-mar, ocupados pelas camadas sociais populares e negras há mais de 40 anos, pertencem à União, o que facilita a transferência para a Metrogreen Skyrail Bahia. Ademais, embora o Subúrbio tenha um grande número de ZEIS –

demarcadas pelo último Plano de Desenvolvimento Urbano do Município de Salvador (PDDU, 2016) para salvaguardar a permanência dos moradores no território –, a maior parte de sua orla, banhada pela Baía de Todos os Santos, um dos maiores atrativos turísticos da região, não é demarcada neste zoneamento. Não é de hoje que intervenções urbanas do Estado buscam remover moradores e moradias da orla do Subúrbio Ferroviário, especificamente de Periperi, em vias de mercantilização de seu potencial turístico. Ainda que muitas das propostas de intervenção não sejam concretizadas, nossas anfitriãs salientam que “vez ou outra as pessoas da prefeitura vêm aqui para falar sobre a nova orla” (Marcela, moradora da orla de Periperi).

Paralelamente, em Itapuã, além da estreita relação entre a economia do mar e as memórias da cidade de Salvador que contamos anteriormente, as águas vinculam-se também aos projetos de transformação urbana associados à despossessão das camadas populares e negras, gerando consequências na vida daqueles e daquelas que têm suas vidas imbricadas ao vai e vem das marés. Nesta urbanidade, nos encontramos com Jânia, que foi barraqueira de praia por 30 anos, tendo trabalhado em muitas outras barracas até obter sua própria, em Itapuã. Ela residiu em diversos bairros no miolo de Salvador, distante da orla marítima, até – e a partir da renda da barraca – conseguir comprar sua casa em Itapuã. O desejo de morar próximo ao trabalho, à beira do mar, permeou grande parte da vida de Jânia, que buscava facilitar seus deslocamentos, minimizar gastos e administrar o cotidiano tão conectado entre trabalhar, morar e cuidar do filho – criado nesta e por esta barraca. Esta história, que guardamos, aciona o matriarcado e a imbricação entre águas, mulheres, trabalho, criação de filhos e moradia.

Como apresentado, retomamos à importância das atividades laborais desenvolvidas em Itapuã, reforçando o cruzamento da moradia matriarcal com o trabalho destas mulheres (Figura 04). Em meados do século XX, a fama da região de Itapuã para atividades de veraneio impulsionou projetos de urbanização da orla marítima (GANDON, 2018) que, de mãos dadas com a especulação imobiliária, expulsaram aquelas/es que não correspondiam às normativas modernizadoras e seus enquadramentos de progresso. Segundo Luz (2012, p.110), “o modo de vida urbano que se instalava pelas políticas de expansão do mercado [...] ia sugando as elaborações do viver cotidiano da comunidade africano-brasileira em Itapuã”, de modo que os pescadores, as ganhadeiras e as lavadeiras tiveram de se desfazer de suas casas e pontos de comércio e de encontro próximos ao mar. Itapuã teve, assim, sua distribuição territorial alterada, agregando camadas médias e brancas na orla litorânea e afastando as camadas populares e negras da beira-mar (GANDON, 2018). Neste processo de urbanização da orla marítima, Jânia, bem como outras barraqueiras, tiveram sua barraca de praia demolida.

“Eles diziam que a gente tava poluindo a praia, e aí o patrimônio da união que entrou na frente. Saíram com aquelas máquinas imensas. Não eram aquelas médias não. A cabeça da bicha era maior do que não sei o quê, e faziam assim na barraca ó: esmagavam” (JÂNIA, 2021).



Figura 04: Nas dobras com as águas de Itapua, mulheres negras fazendo cidade. Fonte: Acervo do Grupo de Estudos Margear. Autoria de Aleida Fontoura Batistoti, 2021.

A barraca de Jânia foi demolida em 2009, embora as ameaças já viessem acontecendo desde o início do século, impactando emocionalmente a sua vida e demarcando a presença e atuação do Estado no sentido da despossessão. Em Salvador, o presente e o futuro da orla marítima são impactados quando o Poder Público se manifesta com a intenção de solucionar o que seriam os supostos problemas da cidade. Porém, o que, por parte do Estado – bem como do campo da arquitetura e urbanismo –, é majoritariamente tratado como problema, Jânia afirma ser seu modo de “progredir”. Mesmo após a demolição de sua barraca, Jânia seguiu na praia, “muita gente não sabia fazer outra coisa”, com seu isopor e uma cobertura de lona, mantendo seu trabalho na rua por quatro anos. A orla seguiu sendo referência e sustento para nossa anfitriã.

Os processos narrados demonstraram, primeiramente, que as margens são constantemente ameaçadas e seu direito ao futuro e a um presente pleno é negado por tais intervenções. Os processos de remoção acionados pelas intervenções urbanas em territórios populares e negros nos levaram a refletir também sobre os discursos que são utilizados para justificar e implementar políticas e normativas de controle dos corpos pela branquitude. Deste modo, sob argumentos de industrialização, progresso e modernização, as intervenções urbanas orientaram o aniquilamento dos modos não-brancos de viver e fazer cidade (PATERNIANI, 2019), desconsiderando seus saberes, produções e seu direito à diferença. Afirmamos, portanto, estas remoções como práticas de usurpação de mundos – sobretudo distintos do “mundo único” branco, classista e heteronormativo imposto como norma.

4. Trama III: Pensar desde as vidas, em suas “reexistências”.

Tem ficado evidente, com base nestas e em outras histórias com as quais nos encontramos, que a noção de precariedade atribuída aos territórios de vida e moradia das margens mobiliza o interesse do

aparelho de dominação. Como articula Foucault (2008), os discursos em torno das coisas não são neutros e estão atrelados às condições históricas, políticas e sociais de quem os profere, inscrevendo no imaginário coletivo dimensões simbólicas e significações sociais previstas e pressupostas que subsidiam modos violentos, racistas e classistas de fazer cidade. Os discursos e imaginários conformados, assim, se reatualizam e orientam a necessidade de intervenção como destino prévio universal (ROSA, 2018), sem incorporar as epistemologias locais. As intervenções urbanas partem de variados agentes, seja do governo federal, estadual, municipal, do grande capital privado ou, ainda, de Parcerias Público Privadas que, embora se justifiquem em nome do bem coletivo, ou mesmo da inclusão social, impõem uma única forma de ser, estar e experienciar o mundo. Assim, entendemos estas justificativas como álibis “para a exclusão e normalização da dominação neocolonial”, como nos alerta Miraftab (2016, p.367).

A “pobreza urbana” foi a principal justificativa (e alvo) utilizada para mobilizar políticas públicas urbanas e ações de interesse privado nas cidades de todo o mundo desde os finais do século XVIII, quando os centros urbanos passavam por processos de transformação social, econômica, cultural e urbanística, motivados por articulações e ideais advindos da Revolução Industrial. No Brasil, sobretudo no século XIX, acentuaram-se tanto os processos de urbanização via Estado quanto os de produção habitacional por parte da população empobrecida e majoritariamente negra, que criava respostas materiais possíveis às suas demandas habitacionais no ambiente urbano. Neste contexto, destaca-se a Lei de Terras de 1850, a abolição institucional da escravatura de 1888, o início dos movimentos migratórios para as cidades e a provisão habitacional institucionalmente definida como de responsabilidade individual/privada, que aumentaram as distâncias entre camadas sociais populares e negras e terra, moradia e vida.

Em Salvador, embora muitos dos escravizados em função de ganho já se responsabilizassem pelo subsídio de sua moradia, bem como os aquilombamentos (NASCIMENTO, 2018) já instalassem sistemas compartilhados de vida e moradia, as camadas populares e negras ainda habitavam os mesmos territórios que as elites brancas. Foi no século XX, com os processos da dita modernização da cidade, que ativaram ideias e intervenções de separação, circulação, disciplina e higiene, nos quais milhares de pessoas foram despejadas e seus modos de morar ameaçados, sendo os corpos-alvo destas práticas, racializados como negros e financeiramente despossuídos. Moradias, espaços e urbanidades inicialmente ignorados pelas políticas urbanas passaram a receber intervenções sanitaristas que, ainda hoje, vêm esquadrihando territórios negros, os cercando e silenciando, expressando o que Paterniani (2019) chama de branquidade do Estado, de modo que este atue na cidade privilegiando os brancos – considerados a norma – e tentando aniquilar os modos de habitar e de viver não brancos – desviantes desta perspectiva. Borges, Belisário e Paterniani (2021) ainda orientam que as normativas estatais acionadas em torno dos modos de morar das camadas populares e negras são os dispositivos – sob a

perspectiva foucaultiana – mobilizados pelos poderes dominantes para tornarem legíveis, ou seja, gerenciáveis e controláveis, as vidas e territórios de vida negros, ditos “perigosos”, “incivilizados”. Quando consideramos a conectividade entre lugar, pobreza e violência racial, se explicita o que McKttrick (2011) chama de “urbicídio”: a tentativa contínua de destruição ou aniquilamento das geografias – e urbanidades – negras.

Para Santos, et al (2018, p. 470), o branqueamento territorial é a “diretriz da biopolítica racial hegemônica” materializada e territorializada nas remoções, controlando os regimes de visibilidade e as leituras sobre tais processos, impondo formas culturais de comportamento e da relação sociedade-natureza, dentre outros. Assim, entendemos a branquidade das intervenções urbanas não apenas a partir da substituição racial da população, mas também desde as rupturas dos modos de vida não-brancos – ainda que temporários, quando as/os moradoras/es se mudam para o mesmo território, em outra região. Neste sentido, a branquidade opera antes do resultado de tais intervenções: nos preceitos que as orientam, na definição de para quem servem e de quem usufruirá direta ou indiretamente; e nos discursos e argumentos utilizados para defender tais processos.

As histórias de despossessão que trouxemos, narraram, sobretudo, políticas públicas urbanas civilizatórias e de banimento racial, mas não deixaram de evocar a dimensão da vida, nas reexistências que, conforme apresentamos, foram historicamente acionadas pelas margens. Portanto, a branquidade do Estado não é a única força que opera na cidade. O processo de remoção do trem do Subúrbio congregou o Ministério Público da Bahia e coletividades suburbanas, como o Acervo da Laje e o Movimento Verde Trem e grupos de pesquisa e extensão da Universidade Federal da Bahia na luta pela permanência da população, pela tarifa social do novo transporte público, entre outras demandas. Ainda que a tarifa social tenha sido negada pelo Governo Estadual da Bahia, tal confluência demonstra que associações, agenciamentos e redes são tramadas a todo instante apesar de um Estado que “faz-morrer” populações e modos de vida. As coletividades e suas conexões com a Universidade e instituições públicas seguem realizando ações nos territórios, articulando audiências públicas, oficinas e produções em multilinguagens, buscando salvaguardar vidas, territórios vitais e elaborando futuros possíveis para além dos que são impostos. E, ainda que tais elaborações não se concretizem no momento presente, ficam os aprendizados, as redes de cuidado e as tramas de enfrentamentos conformadas.

As práticas de vida e reexistência mobilizadas nas e pelas margens, em suas lutas cotidianas – tanto quanto históricas –, “buscam instituir as suas próprias formas de existir, de agir e de pensar” (SANTOS, R, E. et al, 2018, p. 480). Em Itapuã, a barraca de Jânia, demolida sob o discurso de “poluição da orla marítima”, motivou sua prática de trabalho de rua que, embora também subjulgada e enquadrada como ilegal/informal, possibilitou que ela estabelecesse seu atual bar, entre a orla e o miolo do bairro. Jânia segue reexistindo às políticas e ações de intervenção impostas pelo Estado e a ambiguidade que o seu “progredir” determina, tensionando o que é dito como problema urbano e podendo romper com a

perspectiva unilateral dos discursos que se colam às intervenções urbanas nas margens. Conforme nos orienta Butler (2015), é quando a norma ou o enquadramento rompe consigo mesmo que uma realidade aceita sem discussão é colocada em xeque, expondo os planos orquestrados para o seu controle.

As histórias e narrativas com as quais nos encontramos tanto explodem a noção de precariedade que se vincula à falta ou ao que estas vidas e realidades não podem ter – e, neste sentido, à relação normativa da falta em oposição à presença de algum atributo –, quanto agregam camadas de complexidades aos estudos urbanos. Assim, a epistemologia da margem se apresenta capaz de alargar as interpretações em torno dessas realidades, permitindo uma perspectiva ampliada de leitura, investigação e ação na cidade. Pensar por margens (ROSA, 2018) não propõe inverter a valoração sobre os processos e as dinâmicas socioespaciais que configuram essas vidas e territórios de vida – da negatividade para a positividade –, mas mudar a perspectiva de apreensão sobre essas realidades, desnormalizando e desembranchando seu campo de significação. Conforme o aporte de Rosa (2018), olhamos para a cidade sobre e desde os paradoxos, tensões, movimentos, disputas, deslocamentos, conflitos e processos que envolvem a produção das margens, pensando para além das dicotomias associadas à pobreza material.

Não queremos, ao evocarmos a negatividade dos usos políticos racistas e classistas das práticas de intervenção urbana, negá-las ou extingui-las, eximindo o Estado de sua função social. As vidas demandam suportes e condições para serem vividas (BUTLER, 2015) e, sobretudo, os territórios habitados e produzidos pelas camadas populares e negras pautam demandas concretas em termos de serviços públicos, equipamentos urbanos e condições materiais de vida e moradia. Aprendemos com Ursula Le Guin (2021) e fazemos o exercício de aderir às histórias e memórias das coletoras-recolhedoras – ou das anfitriãs, como chamamos a partir de Borges (2013) – ao invés de aderirmos à cultura ocidental heteronormativa e brancocêntrica, à sua história de progresso moderno e a seus mitos de heróis (pensados para tornar o homem grande). Pensamos, portanto, desde e a partir das histórias e práticas de vida das margens, entendendo que estas transformam o mundo social e implicam mudanças na realidade local e ampliada, conforme sugeriram Hooks (2019) e Borges (2013), para ler, atuar e pautar políticas públicas atentas às práticas, mundos e territórios de vida que, cotidianamente, produzem a cidade.

Em diálogo com Sandercock (1998), propomos repensar a ideia e significado de planejamento urbano, expandindo-o a ponto de entendê-lo para além das ações de profissionais e instituições, incorporando as práticas coletivas de construção de comunidades e a vida das pessoas que fazem cidade cotidianamente. Essa virada ontoepistemológica redefine a própria história das cidades, abrangendo a constituição historiográfica das comunidades afro-brasileiras. Para Miraftab (2016, p. 367), reconhecer essas práticas como modos de fazer cidade possibilita abrir caminhos para “um futuro que corporifica

um urbanismo humano”. Para além de visionário, este caminho desponta como possível conformador de incomunidades, criando alianças entre diferentes mundos (DE LA CADENA, 2015).

5. Trama IV: Arquitetura e Urbanismo, o campo em debate.

Tensionamos, por fim, a partir de nossas práticas como pesquisadoras, extensionistas e docentes, o campo no qual estamos inseridas: o da Arquitetura e Urbanismo. Grande parte das produções acadêmicas a respeito de Salvador, sobretudo no que tange ao urbanismo, permanecem importando e atualizando formas de pensar e pesquisar a partir dos preceitos da branquitude, da modernidade e da colonialidade, que apagam, diminuem e/ou invisibilizam os processos de produção da cidade praticados pela negritude, como apresenta Pereira (2018), pautando o embranquecimento da cidade. Pensamos, assim, no quanto o campo da Arquitetura e Urbanismo é não só fundamentado mas também, repositório dos preceitos colonialistas e racistas que pautam as intervenções urbanas do Estado. De onde falamos, sabemos que as/os arquitetas/os e urbanistas não compõem a produção urbana em larga escala – afinal, quase não atuamos na cidade, que é 85% autoconstruída. O poder dos arquitetos está em autoproduzir (ou reproduzir) normas e padrões ditos universais de moradia e urbanidade conforme os preceitos da branquitude, ditando e reeditando discursos e imagens racistas e colonialistas em salas de aula, em práticas profissionais, pesquisas e/ou extensões universitárias na cidade.

Quando também pensamos, desenhamos e/ou atuamos na cidade a partir da falta – do que os territórios e moradias, sobretudo populares e negros, não têm –, assemelhamo-nos ao Estado que, em sua indiferença, maximiza precariedades e produz a inexistência de tudo aquilo em que não presta atenção (BORGES, 2020), ainda extraindo seus recursos. Borges (2020) discorre que nós, os que investigamos, quando sedados – ou embruxados, colonizados –, também acabamos por reduzir as existências aos esquadrinhamentos do Estado e do capital, exterminando as vidas ditas “dispensáveis”. A ação de dispensar o diferente, ainda que por inação, tira vidas e produz mortes (BORGES, 2020). Também enquanto campo de estudos e ação nas cidades, a Arquitetura e Urbanismo pode reproduzir indiferença à diferença.

O argumento de Borges (2020) nos provoca a pensar sobre onde está o “problema urbano”. Diferentemente da narrativa racista e falaciosa que afirma a precariedade como fator inerente e anterior aos territórios populares e negros, percebemos que são as ideologias do branqueamento – a forma ideológica mais eficaz do racismo (GONZALEZ, 1982) sob o ideal de um país branco (BENTO, 2016) – e as intervenções de banimento racial que impõem precarizações às vidas e territórios de vida com os quais dialogamos, impondo a maximização de sua condição de precariedade. Portanto, (i) nos implicamos nos modos e mundos que nos são apresentados desde os encontros de pesquisa – em meio a tantas violências e violações –, (ii) reconstruímos nossa práxis arquitetônica e urbanística, exercendo seu desembranquecimento, e (iii) recompomos o imaginário do nosso campo com memórias, valores,

histórias, saberes, estéticas e materialidades produzidas cotidianamente pelas margens urbanas que são, sobretudo, negras e femininas.

Referências

- AGIER, M. **Do direito à cidade ao fazer-cidade: o antropólogo, a margem e o centro.** MANA, v. 21, n. 3, p. 483-498, 2015.
- BAHIA (Estado). Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER). **Painel de informações:** dados socioeconômicos do município de Salvador por bairros e prefeituras-bairro /Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia (INFORMS - Organizador). 5ª ed., Salvador: CONDER/INFORMS, 2016. 189 p.
- BENTO, M. A. S. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: Carone, I. & Bento, M. A. da S. (orgs.) **Psicologia Social do racismo:** estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. p. 59-90.
- BORGES, A. **Mulheres e suas casas: reflexões etnográficas a partir do Brasil e da África do Sul.** Cadernos pagu, n. 40, p. 197-227, jan./jun. 2013.
- BORGES, A. **Very Rural Background:** os desafios da composição-terra da África do Sul e do Zimbábue à chamada Educação Superior. Rev. antropol. v. 63 n. 3. São Paulo, online, 2020.
- BORGES, A.; BELISÁRIO, G.; PATERNIANI, S. Habitação precária, gente promíscua: a branquitude-heterossexualidade do Estado via política habitacional e o futuro do cortiço-quilombo. 45º **Encontro Anual da Anpocs**, 2021.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra:** quando a vida é passível de luto?. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- CARNEIRO, A. S. **A Construção do Outro como Não-Ser como fundamento do Ser.** 2005. 339f. Tese (Doutorado em Filosofia da Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- CORDEIRO, V., et al. Como produzir conhecimento nos encontros entre mulheres? Reflexões sobre experiências teórico-metodológicas com e desde as margens da cidade. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais.** v.23, E2021XX, 2021.
- COSTA, A. L. R. da. **Ekabó!** Trabalho escravo, condições de moradia e reordenamento urbano em Salvador no século XIX. Dissertação (mestrado) — Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1989.
- DAS, V. Life and Words. **Violence and the descent into the ordinary.** Berkeley, University of California Press, 2007.
- DE JESUS, C. M. Branquitude X Branquidade: Uma análise conceitual do ser branco. In: **III Ebecult - Encontro Baiano de Estudos em Cultura**, 2012, Cachoeira. Anais III Ebecult, 2012.
- DE LA CADENA, M. **Earth Beings: Ecology of Practice across Andean Worlds.** Durham and London: Duke University Press, 2015.
- FELTRAN, G. **Fronteiras de tensão:** política e violência nas periferias de São Paulo. São Paulo: Editora Unesp/CEM/CEBRAP, 2011.
- FIGUEIREDO, G. C. S.; ESTÉVEZ, B.; ROSA, T. T. **The Black City: Modernisation and fugitivities in Salvador, Bahia, Brazil.** Radical Housing Journal, v. 2, p. 55–82, dec. 2020.
- FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- GALINDO, E.; JÚNIOR, Jorge. **A Cor da Moradia:** apontamentos sobre raça, habitação e pandemia. Boletim de Análise Político-Institucional, n. 26, mar. 2021.
- GANDON, T. R.A. **A voz de Itapuã.** Salvador: Edufba, 2018.
- GONZALEZ, L.; HASENBALG, C. **Lugar de negro.** Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1982.

- GONZALEZ, L. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. In: Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro, nº. 92/93, jan./jun. 1988, p. 69-82.
- HARNEY, S; MOTEN, F. Pretitude e governança. In: **Arte & Ensaios** – revista do ppgav/eba/ufrrj. N.37, março 2019.
- hooks, b. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras**. Tradução: Bhuvli Libânio, 8. Ed., Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019. 176p.
- LE GUIN, U. K. **A teoria da bolsa da ficção**. São Paulo: n-1 edições: 2021.
- LEAL, M. G. A. O Trapiche Barnabé no contexto portuário da Salvador do século XVIII ao XX. In: VELASCO E CRUZ, Maria Cecília, LEAL, Maria das Graças de Andrade, PINHO, José Ricardo Moreno (orgs.). **Histórias e espaços portuários: Salvador e outros portos**. Salvador: Edufba, 2016. pp. 77-122.
- LUZ, N. C. P. **Itapuã da ancestralidade africano-brasileira**. EDUFBA, 2012.
- MACEDO, R. S.; MACEDO DE SÁ, S. M. **A etnografia crítica como aprendizagem e criação de saberes e a etnopesquisa implicada: entrecimentos**. Currículo sem Fronteiras, online, v. 18, n. 1, jan./abr. 2018, pp. 324-336.
- MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção e política da morte**. São Paulo: n-1 edições, 2018.
- MCKTTRICK, K. On plantations, prisons, and a black sense of place. In: **Social & Cultural Geography**, Vol. 12, No. 8, December 2011. pp. 947-936.
- MIRAFITAB, F. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. In: **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**. (ONLINE), RECIFE, V.18, N.3, Set-Dez, 2016, pp. 363-377.
- NASCIMENTO, M. B. **Beatriz Nascimento, Quilombola e Intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. Diáspora Africana: Editora Filhos da África, 2018.
- PATERNIANNI, S. Z. **São Paulo cidade negra: branquitude e afrofuturismo a partir de lutas por moradia**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Brasília, 2019.
- PEREIRA, G. L. Apontamentos sobre a dimensão imaginativa da existência negra nas cidades. In: **SALVADOR E SUAS CORES**, 4, 2018, Salvador. Anais do IV Salvador e suas cores. Salvador: UFBA, 2018.
- PIZA, E. Adolescência e racismo: uma breve reflexão. In: **1º Simpósio Internacional do Adolescente**, 2005. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC000000082005000100022&script=sci_arttext . Acesso em 03 agosto de 2022.
- PIZA, E. Porta de vidro: entrada para branquitude. In: Carone, I. & Bento, M. A. da S. (orgs.) **Psicologia Social do racismo: estudos sobre branquitude e branqueamento no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2016. pp. 59-90.
- RAMOS, M. E. R. **Bairros Negros: uma Lacuna nos Estudos Urbanísticos - Um estudo empírico-conceitual no Bairro do Engenho Velho da Federação, Salvador (Bahia)**. Tese (doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, 2013.
- ROSA, T. T. **Pensar por margens**. In: JACQUES, P. B; PEREIRA, M. S (Orgs). **Nebulosas do pensamento Urbanístico: Tomo 1 - Modos de pensar**. Salvador: EDUFBA, 2018.
- SANDERCOCK, L. **Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History**. California: University of California Press, 1998.
- SANTOS, J. E. F.; *et al.* Acervo da Laje: espaço e memória do Subúrbio Ferroviário de Salvador. In: FERNANDES, A.; FIGUEREDO, G. C.; ESPINOZA, J. C. **Práticas coletivas e o direito à cidade em Salvador, Bahia**. Salvador: Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. Programa de Pós-graduação, 2016.
- SANTOS, A. B. Somos da terra. In: **PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, número 12, página 44 - 51, 2018. Disponível em: <https://piseagrama.org/somos-da-terra/> . Acesso em: 28 mai. 2021
- SANTOS, R. E. dos; *et al.* Disputas de lugar e a Pequena África no Centro do Rio de Janeiro: Reação ou ação? Resistência ou r-existência e protagonismo?. In: Natacha Rena; Daniel Freitas; Ana Isabel Sá; Marcela Brandão. (Org.). **Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico**. 1ed. Belo Horizonte: Fluxos, 2018, v. 1, p. 464-491.

SCOFIELD, T.; HARDMAN, Y.; LOIOLA, B. **Estudo preliminar de arquitetura e urbanismo para a macro-área 2: Periperi / Praia Grande / Coutos**; relatório fase IV. Salvador: SEPLAM; Fundação Mário Leal Ferreira, 2000.

SILVA, M. A. P. **Pedra de Xangô: um lugar sagrado afro-brasileiro na cidade de Salvador**. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, Salvador, 2017.

SILVA, N. A. Uma izidora e duas rosas: notas para uma perspectiva do espaço protagonizada por mulheres negras. **Revista brasileira de estudos urbanos e regionais** - Dossiê território, gênero e interseccionalidades, v. 23, 2021.